

AÇÃO MUNDURUKU E O EMBATE PÚBLICO ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE: formas de organização política indígena no Brasil vistas a partir de três acontecimentos midiáticos¹⁰⁵

Luciana de OLIVEIRA

Flávia de Oliveira Reuter RUAS

Natália Martins AMARO¹⁰⁶

RESUMO: o artigo objetiva compreender os discursos sobre a participação e visibilidade do povo indígena Munduruku na contestação da construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, a partir de três acontecimentos (FRANÇA, 2012; QUERÉ, 2005; 2012): a ocupação dos canteiros de obras, numa ação conjunta com outros povos indígenas, trabalhadores e grupos indigenistas e ambientalistas, que culminou em sua paralisação por vários dias (maio/2013); uma ocupação da Funai em Brasília (junho/2013); e a presença de pesquisadores da Eletrobrás em Jacareanga, região habitada pelos Mundurukus (junho/2013). São importantes nessa reflexão as noções de organizações públicas como agentes sociais e, portanto, disseminadores de discursos, e a noção de polifonia da filosofia da linguagem de Bakhtin (2012).

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Visibilidade; Acontecimento; Belo Monte; Mundurukus

ABSTRACT: the article aims to understand the discourses about the participation of indigenous people Munduruku and its visibility in the public debate on the Hidroelectric Belo Monte construction, from three events (FRANÇA, 2011; 2012 QUERÉ, 2005, 2012): the occupation of the construction sites in a joint action with other indigenous peoples, workers

¹⁰⁵ Esse artigo é resultado de um processo de Iniciação Científica vinculado ao projeto de pesquisa. OLIVEIRA, L. Sustentabilidade e desenvolvimento: atores, enquadramentos e valores em disputa no debate público sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Relatório de Pesquisa financiada pelo edital Nº 18/2012 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas do CNPq, 2011-2014.

¹⁰⁶ Luciana de Oliveira é professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG (lucyoli@hotmail.com); Flávia Reuters Ruas (flaviarruas@gmail.com) e Natália Martins Amaro (nataliam_a@hotmail.com) são discentes do curso de Comunicação Social da UFMG, bolsistas do Programa Jovens Talentos para a Ciência da Capes (agosto de 2012 a julho de 2013).

and indigenous rights defenders and environmental groups, culminating in its closure for several days (May/2013); an occupation in Funai/Brasília - National Foundation for Indigenous People/Brasília (June/ 2013); and the presence of Eletrobrás researchers in Jacareanga region inhabited by Mundurucus (June/2013). It is important in this reflection the notions of public organizations as social agents and therefore disseminators of speeches, and the notion of polyphony from Bakhtin's philosophy of language (2012).

KEY-WORDS: Communication; Visibility; Event; Belo Monte; Mundurucus

1. Apresentação

Este trabalho tem o objetivo de apresentar e contextualizar a atuação dos Munduruku, povo indígena que vive a sudoeste do estado do Pará no Brasil e que forçou a paralisação das obras do complexo hidroelétrico de Belo Monte com dois objetivos principais: chamar a atenção da opinião pública brasileira, buscando sensibilizá-la às intenções declaradas do Governo Brasileiro de construir hidroelétricas no Rio Tapajós, afetando terras indígenas dos mundurucus; apoiar a luta contra Belo Monte, especialmente no contexto da obra como fato consumado, forjando o respeito às condicionantes sociais e ambientais que afetam as terras indígenas de outros povos. Tomando como ponto de partida as formulações teórico-metodológicas de acontecimento de França (2012) e Queré (2005, 2011; 2012), foram observadas três ações conjugadas dos mundurucus que se tornaram acontecimentos midiáticos. A primeira delas, foi a ocupação do canteiro de obras junto com outros grupos indígenas e contando com o apoio de instituições e organizações não-governamentais e até mesmo dos trabalhadores, resultando em vários dias de paralisações das gigantescas obras (02/05/2013 a 09/05/2013). Além da ocupação dos canteiros de obras, outros dois acontecimentos foram aqui tomados como marcadores do debate político em torno da causa Munduruku: sua presença em Brasília para negociações com o governo brasileiro, com ocupação do prédio da Fundação Nacional do Índio - Funai (10/06/2013 a 13/06/2013); a retenção de pesquisadores da Eletrobrás e de seus instrumentos de trabalho em Jacareanga, região habitada pelos Mundurucus, que faziam medições e explorações no Rio Tapajós (21 a 23 de junho de 2013).

Serão utilizados discursos apresentados na internet – notícias e artigos veiculados por jornais e revistas em versão *online*, *blogs* pessoais, páginas oficiais do Governo Federal, falas públicas e nove cartas emitidas pelos próprios mundurucus e, principalmente, os comentários

de usuários comuns sobre todos esses textos apresentados anteriormente. A partir desse material, será evidenciada a existência de um embate público que coloca em cheque não a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, mas a legitimidade das formas de atuação do povo indígena Munduruku, sobretudo depois que os fatos ganharam grande visibilidade midiática. Tal legitimidade, se funda no plano discursivo, em imaginários sociais (BARROS, 2013) sobre os índios bem como na construção de noções de desenvolvimento e progresso.

A noção de discurso aqui acionada e relacionada à questão da legitimidade remete ao conceito de polifonia na filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin e à diversidade de vozes no plano midiático, especialmente no texto jornalístico. Na apresentação da 13ª edição de *Marxismo e filosofia da linguagem*, a linguista Marina Yaguello (2012) afirma que “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classe no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem”. Lendo a ideia de classe sob a chave dos conflitos étnicos, nas discussões acerca da participação dos mundurukus na luta contra a construção de Belo Monte, é também pela palavra que notamos quais são os valores, interesses e temas em evidência. Nossa intenção é notar principalmente como se entrecruzam os imaginários sociais sobre os povos indígenas e as visões acerca do que é progresso e desenvolvimento nessa arena discursiva de conflitos étnicos.

Escolher o âmbito midiático como ângulo principal tem a ver com o fato de que a mídia na contemporaneidade ocupa um lugar de destaque como espaço de debate público já que um dos traços de nossas sociedades é justamente o da mediatização (FAUSTO NETO, 2007; BRAGA, 2006). A mediatização diz respeito ao fato de que as demais instâncias sociais passam a operar segundo a lógica midiática e que a mídia ocupa o lugar de principal esfera de mediação nas sociedades contemporâneas, cumprindo o papel de disseminar (ou de não disseminar) certas formas de pensar e de ver o mundo, alimentadas obviamente pelo que pensam os atores sociais, definindo agendas para os debates, dando visibilidade a certos atores mais que a outros, oferecendo recursos para a formação de opinião.

2. Nota Metodológica

Para a verificação dos diferentes discursos e apontamentos particulares, foram selecionadas fontes exclusivas do meio virtual no período entre maio de 2013 e novembro de 2013, compreendendo o período dos acontecimentos em tela bem como suas reverberações

mediáticas (FRANÇA e OLIVEIRA, 2012). As plataformas virtuais das revistas IstoÉ e Época bem como os jornais em versão *online* O Globo, Folha de São Paulo e Brasil de Fato e os portais Uol e Terra foram as principais bases utilizadas para entender o tratamento jornalístico dado à transmissão de informações sobre a participação indígena em Belo Monte. A fala indígena e dos grupos que defendem a atuação como ato de resistência dos mundurucus foram apropriadas dos *sites* do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Amazônia, Combate ao Racismo Ambiental, Xingu Vivo e Ocupação Belo Monte, além do perfil no *facebook* da Campanha Munduruku, vinculada a este último. Como exemplo de uma fala declaradamente anti-indígena serão apresentadas publicações do *blog* pessoal Coturno Noturno. O posicionamento do Governo Federal foi buscado especialmente em publicações nos *sites* da Secretaria Geral da Presidência e do Ministério do Desenvolvimento, com direcionamento exclusivo à ocupação de Belo Monte.

Para a produção deste artigo, todo o material coletado foi organizado de acordo com operadores analíticos construídos previamente com base em Oliveira (2013) e aplicado às materialidades midiáticas que compuseram parte do corpus da pesquisa “[Sustentabilidade e desenvolvimento: atores, enquadramentos e valores em disputa no debate público sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte](#)” (OLIVEIRA, 2011-2014). Tais operadores analíticos, construídos para pesquisa, eram cinco: visões sobre opinião pública brasileira, demarcação de terras indígenas, imaginários sobre os índios, as visões sobre o outro e visibilidade/liberdade de expressão (OLIVEIRA, 2013). O presente artigo, contudo, dará destaque às reflexões acerca dos discursos jornalísticos e aqueles empreendidos por grupos diversos englobando as temáticas do imaginário sobre os índios e de visibilidade/liberdade de expressão.

Após a classificação do material de acordo com os operadores analíticos, foi feito um segundo agrupamento especialmente a partir dos imaginários sobre os índios, de acordo com lugares de fala (BRAGA, 2000): 1) o dos próprios mundurucus, 2) de grupos a favor da causa Munduruku e 3) de grupos contra a causa Munduruku. Foi possível, assim, observar como a multiplicidade desses discursos tem a ver com a identificação – e a constituição – de formas organizacionais (BALDISSERA, 2010), sejam elas institucionalizadas ou não, que aqui serão apresentadas a partir de diferentes manifestações de asserções emblemáticas sobre a participação política dos indígenas correspondentes a cada lugar de fala e seus entrecruzamentos enquanto um debate. Antes de passar, no entanto, à apresentação dos dados,

faremos uma breve contextualização histórica sobre a Usina Hidroelétrica de Belo Monte e sobre a luta do povo indígena Munduruku.

3. Contexto histórico

3.1. Da usina

Com base em Oliveira e Marques (2012, p.62), Pont Vidal (2010) e fontes documentais diversas¹⁰⁷, um histórico de Belo Monte remete, num primeiro momento, aos interesses dos governos militares brasileiros, sob o lema “integrar para não entregar”, de ocupação da Amazônia. A intenção de construir um complexo hidrelétrico na bacia do Rio Xingu teve seu despertar em 1975, com o início dos estudos de aproveitamento hidroelétrico dessa região. Durante as próximas décadas foram realizadas investigações de viabilidade e estabelecidas licenças e permissões dos órgãos fiscalizadores responsáveis por esse tipo de construção.

A aliança entre Eletronorte, Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht permitiu um avanço significativo no desenvolvimento concreto da hidrelétrica - adaptação de projetos, vistorias técnicas, Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (Rima) - a partir do ano 2005. Nesse sentido, há um histórico de sucessivas infrações constitucionais para o cumprimento das exigências legais de um empreendimento desse porte. A atuação do MPF-PA no caso começa no ano de 2000 observando-se ilegalidades na condução do processo de licenciamento: os índios não foram escutados antes do início de todo o processo conforme o artigo 231, §3º, da Constituição; como o Rio Xingu é um rio federal, qualquer intervenção nele deve ser autorizada pelo IBAMA e não pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, como vinha ocorrendo; a previsão das pesquisas de campo para a composição do EIA/RIMA estavam previstas para terminar depois da sua publicação; a Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará foi contratada sem licitação para fazer o EIA e o Termo de Referência (TR) foi constituído sem a participação do IPHAN. Contestando tais irregularidades, constituiu-se a primeira, de um conjunto de 10 ações civis públicas, que o MPF-PA impetrou contra o governo no que se

¹⁰⁷ Ver fontes utilizadas nas referências ao final do artigo.

refere à construção da Usina. Dentre elas, 6 ações tomam como princípio o respeito aos direitos dos indígenas e das populações atingidas¹⁰⁸.

Sob a denominação de terceira maior hidrelétrica do mundo, Belo Monte recebeu, em meados de 2011, a licença definitiva de instalação. O início das obras também foi marcado por irregularidades e descontrole. Após análise feita pelo MPF dos documentos apresentados pelas construtoras e pelos órgãos fiscalizadores, foram reconhecidas falhas e incertezas em diferentes aspectos do projeto: afetação direta de uma terra indígena reconhecida, inexistência de análise das contribuições das audiências públicas, negligência do princípio de precaução (sobre a possibilidade de impactos graves), incerteza da qualidade da água com a construção da usina, incompatibilidade entre o interesse econômico/energético e as condições ambientais, desobediência à resolução que impede o leilão da obra antes de sua licença de instalação e a necessidade de reedição da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (concedida antes das alterações técnicas)¹⁰⁹. Apesar dos esforços contrários, a presença de máquinas e trabalhadores de Belo Monte foi concretizada antes mesmo da licença definitiva por meio de uma invenção jurídica chamada de Licença Prévia de Instalação concedida em janeiro de 2011.

3.2 Da luta munduruku

O povo Munduruku, que vive na região da bacia do Rio Tapajós (PA), no Amazonas e também no Mato Grosso, teve seu primeiro contato com o brasileiro não-índio durante o ciclo da borracha, na segunda metade do século XIX. A exigência econômica de exploração da vegetação do norte do país e a instalação de missões católicas foram responsáveis pela introdução dos mundurukus ao modelo “civilizado e ideal” do Brasil branco.

A atividade política, no sentido de apropriação e reivindicação dos direitos garantidos à população indígena, teve sua primeira forma organizada com a participação de lideranças munduruku na segunda Assembleia de Chefes Indígenas, em 1975 (mesmo ano que marcou o interesse efetivo do governo federal de aproveitamento energético da região Norte). A Associação Pusuru, do alto do rio Tapajós, fundada em 1991, é a primeira organização exclusivamente conduzida pelos mundurukus daquela região. Esse núcleo tem o objetivo de

¹⁰⁸ O primeiro caso foi julgado a favor do MPF. Os demais aguardam decisão definitiva.

¹⁰⁹ Aspectos listados pelo Ministério Público Federal no site da Procuradoria da República no Pará em notícia veiculada pelo CIMI (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=4525>).

desenvolver ações referentes à demarcação de terras e às questões de educação, saúde e meio ambiente que permeiam o cotidiano indígena.

A necessidade de integração entre os representantes mundurukus de várias as áreas em que esse povo se situa, além de uma organização com potencial político reconhecido e efetivo, foi responsável pela criação do Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós (CIMAT), também em 1991. Entretanto, o isolamento das comunidades (localizadas, muitas vezes, nos “campos do Tapajós”) e o distanciamento – físico e cultural – com outros povos indígenas e entre os próprios mundurukus que vivem em regiões diferentes são obstáculos à ação política contínua e coesa.

Em Belo Monte, outros grupos indígenas, pertencentes à região afetada, e organizações não-governamentais confirmaram sua insatisfação com a irregular situação da Usina e também participaram de protestos nos canteiros e em Brasília. Os mundurukus, após se locomoverem aproximadamente 900 quilômetros, ocuparam pela primeira vez o canteiro de obras em maio de 2013 e permaneceram lá por sete dias. No fim de mesmo mês, uma nova ocupação foi realizada pelo grupo. No total, ao longo de 2013, foram 66 dias de paralisações nas obras por conta da atuação engajada de índios e participantes de organizações não-governamentais. As paralisações tiveram apoio também de trabalhadores da obra, insatisfeitos com as condições de trabalho oferecidas pela Norte Energia S/A (NESA).

4. O embate público em face dos acontecimentos

A partir do que é defendido por Quéré (2012), com sua teoria ancorada no pragmatismo de Pierce, Mead e Dewey, o caráter de “inquerito” do acontecimento será priorizado. Diz-nos o autor que “o acontecimento é um fenômeno de ordem hermenêutica: por um lado, ele pede para ser compreendido, e não apenas explicado, por causas; por outro, ele faz compreender as coisas – tem, portanto, um poder de revelação” (QUÉRÉ, 2005, p. 60). Partindo desse pressuposto interessa-nos pensar nosso objeto como formas de discursos públicos (circulantes em meio virtual) que “readaptam” o acontecimento a uma determinada narrativização, gerando uma conversação em torno de um discurso público. As notícias e todo o material coletado, prefiguram o que Quéré (2012, p. 24), seguindo as pistas do pensamento de Dewey, enaltece sobre o acontecimento:

Para que se torne um acontecimento, é necessário que ele seja saliente para um observador em um entorno, que se torne um objeto de atenção e de observação

sobre um aspecto particular, o de sua ocorrência (*happening*) e de sua relação com outras ocorrências.

Do ponto de vista dos munduruku, os acontecimentos foram programados, no sentido de estratégica e previamente pensados e planejados para alcançar a visibilidade de suas causas. Os mundurukus alegam se apropriarem da disputa pelos direitos indígenas na região de Belo Monte por acreditarem que essa conquista será também deles, de modo a fortalecer a questão indígena nas regiões de projetos de hidrelétricas. Saw Exebu, porta-voz do cacique-geral dos Munduruku declarou:

Munduruku tem uma lenda que fala que nós não devemos lutar sozinhos. Por isso nós viemos aqui, junto com os parentes do Xingu, fazer aliança. A população indígena e o povo do Brasil todo têm que fazer essa aliança pra combater os projetos que tiram nossos territórios. O governo tem que nos respeitar¹¹⁰.

Nesse sentido, eles se afirmam na posição de sujeitos que buscam seus direitos, na medida em que há projetos de construção de usinas hidrelétricas no Rio Tapajós – região onde se localizam seus territórios originários – e zelam também pelos direitos de seus parentes, outros povos afetados por Belo Monte. O esforço contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte é, para eles, uma fonte do exercício de cobrança pelo direito de escuta prévia e informada garantido aos povos indígenas pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o Brasil é país-membro e subscritor, além disso, da garantia de melhores condições de vida.

A controvérsia interpretativa acerca dos três acontecimentos divide, com nuances que serão enfatizadas a seguir, no debate enquanto inquérito público e narrativização dos fatos. Os grupos pró-mundurukus apoiam essa busca a partir da justificativa de que eles são guerreiros e “têm no sangue” o ímpeto de “lutar” por seus objetivos, exaltando a imagem romântica dos indígenas criada na fundação do país como nação moderna. Já o discurso de certos grupos contra a causa dos mundurukus em *blogs* e redes sociais demonstra que eles não veem justificativa na relação entre a causa de Belo Monte e os direitos mundurukus. Para essas pessoas, é como se eles, na condição de indígenas, não pudessem se ocupar de assuntos que não fossem referentes especificamente ao território de seu povo, mesmo que o assunto diga respeito à mesma família de direitos e conseqüente criação de antecedentes desfavoráveis à preservação pretendida pelos mundurukus, qual seja, a do Rio Tapajós. Essa chave interpretativa coloca em disputa o sentido de afetado que, na maior parte dos grandes

¹¹⁰ http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6849&action=read.

empreendimentos hidroelétricos é tomado como sinônimo de inundado na visão de especialistas do Estado e do mercado. Além disso, como componente auxiliar desse tipo de avaliação aparecem os questionamentos quanto à autenticidade da condição étnica dos indígenas brasileiros ancorados no fato de que eles usam tecnologias típicas do mundo dos brancos, conforme veremos no ítem a seguir.

4.2 Os imaginários sobre povos indígenas

O estereótipo é um tipo de representação que opera por ambivalência, conforme defende Hommi-Bhabha (1994, p. 106) e não se trata de “uma simplificação porquê é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porquê é uma forma presa e fixa (...) que nega o jogo da diferença”. Nessa criação simbólica, há um caráter universal e compartilhado de figuras sociais estabelecidas por um grupo que determina, muitas vezes, o inimigo: uma identidade social, um grupo subalterno ou inferior. No caso analisado, o imaginário hegemônico recai sobre a figura social do indígena, incluindo uma ampla variedade de nações e sujeitos que, sob o olhar colonizado e a égide dessa forma de governamentalidade, é utilizado como estratégia de individualização e marginalização.

As expressões utilizadas para nomear os indígenas e suas ações políticas revela uma intrínseca aliança entre índio, natureza, misticismo, romantismo, medo, desconhecimento e, algumas vezes, discursos de ódio. Esse é o caso do *blog* Coturno Noturno¹¹¹ e sua publicação com título “Todo brasileiro sonha ter um android munduruku” apresenta uma foto de um munduruku com um celular na mão durante a presença do grupo na ocupação da Funai de Brasília. A legenda diz

Índio munduruku, da tribo que aluga chata para garimpo ilegal de ouro no Rio Tapajós, registrando em celular de última geração o seu protesto contra Belo Monte em frente ao Palácio do Planalto. Eu também quero um *android* munduruku.

O Coronel, que assume a autoria do *blog*, reproduz uma imagem recorrente. A partir disso, a aliança entre o indígena, que tradicionalmente vive na mata, não conhece (e nem tem esse “direito”) à tecnologia. Os comentários dessa publicação, a maioria anônimos, revelam o aprisionamento da visão dos indígenas em estereótipos do passado ou no lugar de subalternidade, vejamos alguns deles:

¹¹¹ <http://coturnonoturno.blogspot.com.br/2013/06/todo-brasileiro-sonha-ter-um-android.html>

O Brasil está de 4: para os índios, gays, infratores e esquerdistas.

Índio não quer mais apito e espelho. Índio quer agora câmera digital, Iphone e Ipod. Índio quer também TV de led de 50 e assinatura da Sky. Pra tudo isso funcionar Índio precisa de tomada. Mas Índio não quer Belo Monte.

Quero saber quem pagou a passagem de avião para eles irem a Brasília.

... e observem os cabelinhos cortados ' Todos passaram primeiro pelo barbeiro!'

Falaram que os índios na época do descobrimento recebiam espelho em troca de minas de prata e ouro. Disseram que hoje estão trocando as minas por celular, jogos eletrônicos, até veículos. Acorda Brasil!

Mais uma vez são retomados os conceitos de “guardiões” do que é primitivo e alienados à qualquer tecnologia que ultrapasse a descoberta do fogo. “Índio não trabalha” é uma máxima clara do papel impotente e ocioso atribuído ao indígena. Não há poder aquisitivo indígena no Brasil. Em uma reportagem especial da IstoÉ¹¹², que apresenta um panorama bem intencionado da situação habitacional e contestadora dos mundurucus. Revela-se nele uma atribuição que permanece desde a colonização branca e europeia: o indígena deve ser colonizado e não é possível que ele entenda a dinâmica do homem branco empreendedor, que constrói o progresso com as próprias mãos.

Durante o episódio dos pesquisadores mantidos em Jacareanga, discursos sobre uma possível ilegalidade velada pela Justiça aos índios foram apresentados. Em notícia veiculada pelo Portal Uol¹¹³, o texto é iniciado com “Índios mundurucus sequestraram e mantêm como reféns”. Recebeu comentários com as seguintes afirmações:

Eu acho que na maioria das vezes eles abusam. Para determinados fatos 'tipo sequestro' são índios, para querer benefícios são cidadãos brasileiros. Muito

¹¹² http://www.istoe.com.br/reportagens/313130_A+GUERRA+DOS+MUNDURUKUS

¹¹³ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/22/indios-mundurucus-sequestram-biologos-da-eletronbras-no-para.htm>

conveniente.... E os Biólogos sequestrados??? isso é crime. Ou índio pode? Eles não querem direitos iguais. Pois bem Deveres iguais. é fácil se esconder sob uma etnia, mas responder por seus atos aí é difícil, viram todos índios nativos. Vá a uma aldeia na amazonia e veras os 'índios'.... Sequestro é crime.

O índio é acusado de esconder-se atrás da sua condição étnica para acobertar o crime de sequestro mas nada é dito quanto à atuação ilegal do próprio Estado ao realizar estudos de possível aproveitamento hidroelétrico na bacia do Tapajós sem a consulta prévia, mecanismo jurídico que estabelece o poder dos indígenas de interferirem efetivamente na tomada de decisões sobre ações que comprometam seu modo de vida tradicional.

Em outro comentário da mesma notícia, outro aspecto do estereótipo muito comum é o da caracterização física do índio:

Índios de shorts de nylon, malas sansonite, mochilas priscila e sandálias havaianas. Sei... quem observa bem os traços fisionômicos deles, mesmo sem ser um especialista em antropologia ou genética, percebe logo que muitos não têm, nem de longe, feições indígenas. É gente que se "naturalizou" índio. Espertalhões.

Com uma visão semelhante, mas com teor agressivo menos evidente, da superioridade ariana nazista que impedia qualquer “impureza” no material genético dos alemães, o índio nacional não pode deixar de usar o cocar, ter a pele “avermelhada”, os cabelos escuros e lisos, as mulheres sempre nuas e com uma criança no colo, os homens com os rostos e corpos pintados com grafismos de tinta de jenipapo negra fazendo sons inteligíveis aos ouvidos brancos. O índio verdadeiramente brasileiro é o que mantém as raízes nesse aspecto do imaginário. Aqui, a manutenção da tradição é positiva, é garantia de verdade da etnicidade, que não é mais usada como arma ou como desculpa para cometer crimes.

Na primeira carta da série de nove emitidas pelos Mundurucus em sua ocupação de Belo Monte¹¹⁴, os indígenas desenvolvem outra faceta do imaginário, que agora parte deles em relação ao governo e seus representantes:

Vocês inventam que nós somos violentos e que nós queremos guerra. Quem mata nossos parentes? Quantos brancos morreram e quantos indígenas morreram? Quem nos mata são vocês, rápido ou aos poucos. Nós estamos morrendo e cada barragem mata mais. E quando tentamos falar vocês trazem tanques, helicópteros, soldados, metralhadoras e armas de choque. O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as

¹¹⁴ <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/02/carta-da-ocupacao-de-belo-monte-numero-1/>

obras e estudos e as operações policiais nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires. E então vocês precisam nos consultar. Nós queremos dialogar, mas vocês não estão deixando a gente falar. Por isso nós ocupamos o seu canteiro de obras. Vocês precisam parar tudo e simplesmente nos ouvir.

O Estado, principalmente representado pelo Governo Federal e seus diversos órgãos e saberes, tem a sua figura social simbólica apresentada pelos índios munduruku marcada pela intransigência e ausência total de diálogo. O histórico social de violência do Estado e a dificuldade de contato político com os direitos indígenas contribuíram para essa construção de sentido.

As culturas indígenas se modificam tal como qualquer cultura. Os critérios de etnicidade, por isso mesmo, abandonaram tanto critérios raciais quanto culturais para se fundarem num sentido de pertença e reconhecimento recíproco entre sujeitos e grupos étnicos. Por outro lado, o uso de tecnologias e a adoção de processos de troca econômica similares, em forma, aos que existem no mundo ocidental podem, se escutados com atenção, revelar o que o antropólogo Marshall Sahlins (1997) chamou de indigenização da modernidade, ou seja, são as lógicas de mercado, produção e consumo, bem como as lógicas estatais e mesmo religiosas do Ocidente que são traduzidas em formas híbridas novas que reativam os sistemas tradicionais.

4.3 As visões de desenvolvimento e progresso

A ocorrência de Belo Monte parte de um ideal desenvolvimentista calcado na noção moderna de progresso, por constante atividade, constante construção e constante enriquecimento, sem que a origem e as consequências humanitárias e sociais desse crescimento seja realmente considerada. Queré (2012, p. 22) reconhece a relação do acontecimento com o contexto social e com outros acontecimentos que pode ser resumida com a seguinte consideração:

O que caracterizaria o acontecimento, então, é o fato de que, em vez de algo que acontece, ele vem a ser, emerge e é o desfecho de transições que se operam em qualquer momento, com esboços de tendências que vão se desenvolver de acordo com a lógica própria de cada uma de culminar em acontecimentos.

Sendo assim, a construção dessa gigantesca obra é resultado de uma tendência nacional de desenvolvimento econômico cada vez mais reconhecido por toda comunidade internacional do Brasil. O potencial agregado ao país por ter em seu território a terceira maior hidrelétrica do mundo (sendo que a segunda, Itaipu, também se encontra em terras brasileiras)

é vista pelo Estado e parte da opinião pública como uma oportunidade e não deve ser impedida por uma minoria de índios e ribeirinhos que perderão suas terras.

Uma maneira mais evidente de relacionar Belo Monte como reflexo de uma tendência é o fato de sua construção ser parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – e pela atuação do Ministério do Planejamento na emissão de um esclarecimento sobre o posicionamento do órgão sobre a ocupação munduruku, em sua página oficial¹¹⁵:

Publicamente, divulgaram que a reunião com o governo federal nem existiu, quando na realidade foram eles que **faltaram ao compromisso** acertado. O **tom acusatório e violento**, inclusive com fotos da proposta de consulta do governo federal sendo queimada em público, não condiz com o discurso do diálogo, de que querem ser consultados e desejam a regulamentação da Convenção 169 da OIT no país.

Na verdade, nos parece que o que mais desejam é que o governo federal, o Estado e as políticas públicas continuem ausentes daquela região do Brasil onde, infelizmente, o garimpo ilegal do ouro está bastante presente, destrói o meio ambiente, os rios, a flora e a fauna; devasta os territórios indígenas e coloca em sério risco a saúde das comunidades indígenas e ribeirinhas.

(...)

O governo federal mantém sua disposição de dialogar com os Munduruku para a pactuação de um **procedimento adequado de consulta** a esse povo. Mas queremos dialogar com **lideranças legítimas**, que expressem os verdadeiros anseios das comunidades Munduruku, que – como todos os povos indígenas do Brasil – protegem e preservam a natureza e a vida em seus territórios. É nosso compromisso garantir que seus direitos sejam respeitados e que suas propostas sejam incorporadas ao processo de tomada de decisão do governo no que diz respeito aos possíveis aproveitamentos hídricos da região. (grifos nossos)

Esse trecho do texto original é ícone do discurso governamental de que a atuação indígena é um empecilho à realização de uma integração da região Norte, onde “infelizmente, o garimpo ilegal está bastante presente” e é causa de danos ao meio ambiente e às próprias comunidades indígenas, de acordo com o Ministério. O garimpo ilegal não é símbolo de progresso e não é capaz de gerar lucros a toda nação. Para o Programa, toda essa área deve ser transformada em barragens e assim, destruir o crime tão danoso à sociedade brasileira, seja ela indígena ou não.

Em resposta a esse texto de esclarecimento, a Associação dos Povos Indígenas do Brasil, APIB, apresentou um manifesto¹¹⁶

¹¹⁵ <http://www.pac.gov.br/noticia/fc044b2d>

¹¹⁶ <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/08/apib-manifesto-contra-o-preconceito-institucionalizado-do-governo-dilma-aos-povos-indigenas/>

[...]Evidentemente que esse ataque não é só contra os Munduruku, pois o neodesenvolvimentismo em curso atinge a todos os povos, os quais desde o governo Lula são tachados de obstáculos à implementação desse modelo, por se insurgirem, contra a sua lógica economicista, neocolonial e mercantilista, de ocupação de territórios, inclusive com o uso da força, de medidas repressivas, acompanhadas de campanhas enganosas e de descaracterização, como nos tempos da ditadura, outrora combatidos pelos hoje autores da nota governamental.

A APIB lamenta que o governo, que por mandato constitucional deveria zelar pelos direitos dos povos indígenas, se assumia hoje como o porta-voz das forças inimigas que almejam a extinção dos nossos povos, para destruírem nossos territórios e se apropriarem dos bens neles existentes preservados milenarmente pelos nossos ancestrais[...]

No trecho, a noção de desenvolvimento é mais uma vez questionada, além do posicionamento agressivo e de declaração de inimigos do crescimento da pátria do Ministério, que atribuem ao progresso apenas as noções econômica, numérica e mercantil. A quantidade de energia produzida por Belo Monte já sofreu críticas e sua credibilidade já foi questionada. São inúmeras as novas formas de captação e produção de energia para países como o Brasil. O desenvolvimento deve estar aliado às noções, também, de sustentabilidade, sociabilidade e diálogo.

5. Considerações finais

Analisando os textos escolhidos sobre a causa munduruku em Belo Monte, parece-nos há diversos atravessamentos do imaginário social brasileiro sobre os povos indígenas são frequentes. Essa impressão se faz presente até mesmo em textos jornalísticos, uma vez que há dificuldade em ignorar esse comportamento social. De acordo com José Luiz Braga (2000, p.172, 173), “um determinado lugar de fala muito frequentemente ocupado, muito frequentado, muito difundido, parece adquirir uma existência cultural arraigada, que se transmite para outras e outras situações, como ‘modo de ver’ preferencial”.

É possível constatar que o discurso jornalístico não dialoga sempre a favor das causas governamentais ou das grandes empresas de energia, ele por vezes dá espaço às justificativas dos índios, embora não explicita exatamente o lugar de fala deles. Esta última função fica então designada aos *sites* e *blogs* das organizações indígenas ou indigenistas. Uma vez que esse imaginário social acerca dos índios perpassa uma grande parte dos textos jornalísticos aqui analisados e que a fala desses grupos é totalmente contemplada apenas em seus próprios

veículos midiáticos, é preciso afirmar que não há polifonia no discurso jornalístico acerca dos mundurukus. Aqui, é pertinente a avaliação de Pires e Tamanini-Adames (2010, p.71) de que “para Bakhtin, os meios de comunicação difundem uma visão monológica de sociedade, com algumas vozes se sobressaindo a outras. Na polifonia, ao contrário, as múltiplas vozes são equipolentes (...)”.

Para que o discurso jornalístico sobre a causa munduruku pudesse ser considerado polifônico, seria necessário apresentar as principais razões pelas quais esses indígenas lutam e aspectos como os componentes de sua história enquanto povo e de seus direitos, na mesma medida em que se abre espaço para o lugar de fala das grandes empresas, do Ministério do Planejamento ou da população brasileira que é contrária à causa indígena. É importante destacar que esta última ótica é predominante, principalmente a partir do momento em que sua construção discursiva toma como verdade os estereótipos que povoam o imaginário social brasileiro em relação aos povos indígenas. Um indício da necessidade de polifonia no discurso midiático é a própria reivindicação do direito de escuta, elemento recorrente no lugar de fala dos Mundurukus que agiram em nome do direito de serem ouvidos como iguais na sociedade.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

BAKHTIN, M. *Problemas na poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BALDISSERA, R. *Organizações como complexus de diálogos, subjetividades e significação*. In: Margarida Maria Krohling Kunsch. (uOrg.). *A comunicação como fator de humanização das organizações*. 1ed. São Caetano do Sul - SP: Difusão Editora, 2010, v. 3, p. 61-76.

BARROS, A. T. M. P. O imaginário e a hipostasia da comunicação. Revista da ESPM V. 10, N. 29 (2013)

BRAGA, J. L. *Lugar de Fala como conceito metodológico no estudo de produtos culturais*. In: PPG Comunicação Unisinos. (Org.). *Mídias e Processos Socioculturais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 159-184.

_____. Sobre “mediatização” como processo interacional de referência. Trabalho apresentado ao GT Comunicação e Sociabilidade, 15o Encontro Anual da Compós, Bauru: junho de 2006.

DEWEY, J. *Experience and Nature*. New York: Dover Publications Inc., 1925.

FAUSTO NETO, A. “Fragmentos de uma analítica da midiatização”. *Revista Matrizes*. São Paulo, USP, Vol. 1, No 2 (2007).

FRANÇA, V. e OLIVEIRA, L. *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

BHABHA, H. “A outra questão”. In: *O Local da Cultura*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1994.

OLIVEIRA, L. “Em nome da liberdade de expressão: visões críticas da visibilidade da causa Guarani e Kaiowá”. In: LIMA, V. A. de e GUIMARÃES, J. (orgs.). *Liberdade de expressão: as várias faces de um desafio*. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Temas de comunicação)

_____. Sustentabilidade e desenvolvimento: atores, enquadramentos e valores em disputa no debate público sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Relatório de Pesquisa financiada pelo edital Nº 18/2012 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas do CNPq, 2011-2014

OLIVEIRA, L.; MARQUES, A. S. . A imagem de organizações públicas e o sentido de público no discurso de charges sobre Belo Monte. *Líbero (FACASPER)*, v. 15, p. 59-70, 2012.

PONT VIDAL, J. Acción gubernamental e institucionalismo en la Amazonia brasileña. El conflicto entorno a las infraestructuras hidroeléctricas. *Estudios Sociales* [en línea], v. 18, 2010 Disponível em [:http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=41715777005](http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=41715777005).

QUERÉ, L. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. In: *Trajectos*, n.6. Lisboa: ISCTE, Casa das Letras, 2005.

_____. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, V. e OLIVEIRA, L. (org.) *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

SAHLINS, M. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte II). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, Oct. 1997.

Fontes Documentais

Blog de Belo Monte, Norte Energia SA: <http://www.blogbelomonte.com.br>

Blog de Felício Pontes Jr., procurador MPF/PA: <http://belomontedeviolenacias.blogspot.com/>

Blog Coturno Noturno: <http://coturnonoturno.blogspot.com.br/2013/06/todo-brasileiro-sonha-ter-um-android.html>

Carta 1 do Povo Munduruku: <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/02/carta-da-ocupacao-de-belo-monte-numero-1/>

Cobertura Completa sobre Belo Monte: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/veja-cobertura-completa-do-leilao-para-construcao-de-belo-monte-20100420.html>

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira: <http://www.coiab.com.br/>

Especial Belo Monte Instituto Socioambiental: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>

Manifesto Apib: <http://ocupacaobelomonte.wordpress.com/2013/05/08/apib-manifesto-contra-o-preconceito-institucionalizado-do-governo-dilma-aos-povos-indigenas/>

Movimento dos Atingidos por Barragens: <http://www.mabnacional.org.br/>

Movimento Xingu Vivo: <http://www.xinguvivo.org.br>

Nota Ministério Público Federal: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=4525>

Nota Ministério do Planejamento na página oficial do PAC: <http://www.pac.gov.br/noticia/fc044b2d>

Portal UOL: www.uol.com.br

Reportagem Cimi sobre ocupação dos canteiros de obras: http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6849&action=read

Reportagem Uol sobre sequestro de biólogos: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/22/indios-mundurucus-sequestram-biologos-da-eletobras-no-para.htm>

Revista IstoÉ: http://www.istoe.com.br/reportagens/313130_A+GUERRA+DOS+MUNDURUKUS

Site de informações sobre a Amazônia: www.amazonia.org.br